

Vol XVI, Núm 2, jul-dez, 2023, pág.380-400

## UMA HISTÓRIA DA MINERAÇÃO NO SUL DO AMAZONAS EM TERRITÓRIOS TRADICIONAIS: O CASO DA MINERAÇÃO PARANAPANEMA NAS TERRAS INDÍGENAS DO POVO TENHARIN DO IGARAPÉ PRETO

Emilly Ariman Peres<sup>1</sup>

Hoziete Ferraz Lopes<sup>2</sup>

Jordeanes do N. Araújo<sup>3</sup>

### Resumo

Sabemos que o Brasil é um país rico em minério, prova disso é a história da colonização, e por causa disso, desde então atravessa dificuldades políticas e conflituosas por causa da mineração ilegal em territórios indígenas. A expansão econômica agropastoril e mineral trouxe consigo uma triste realidade em que os povos indígenas vivenciam no contemporâneo. A exploração do garimpo ilegal em terras indígenas, é hoje uma das maiores ameaças aos Povos Originários. Os garimpos ilegais, na maioria dos casos, estão em terras indígenas prejudicando a fauna e flora dos territórios. Dito isso, este relatório tem por objetivo compreender como o povo Indígena Tenharin do Igarapé Preto, foram afetados pela implementação de mineração nos territórios tradicionalmente ocupados na terra indígena Tenharin do Igarapé Preto e o quanto a força de destruição do garimpo perdura até os dias atuais.

**Palavras – chave:** Mineração em terras indígenas, Povo Tenharin Kagwahiva, territórios indígenas

<sup>1</sup> Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal do Amazonas. Email: [peresemilly02@gmail.com](mailto:peresemilly02@gmail.com)

<sup>2</sup> Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal do Amazonas. Email: [hoziferraz14@gmail.com](mailto:hoziferraz14@gmail.com)

<sup>3</sup> Professor da Universidade Federal do Amazonas/ Campus Humaitá. Email: [jordeanes@ufam.edu.br](mailto:jordeanes@ufam.edu.br)

## Abstract

### **A History of Mining in the South of Amazonas in Traditional Territories: The Case of Mining Paranapanema in the Indigenous Lands of the Tenterin People of Igarapé Preto**

We know that Brazil is a rich country in ore, proof of this is the history of colonization, and because of that, since then it has been experiencing political and conflicting difficulties caused by illegal mining in indigenous territories. The agropastoral and mineral economic expansion brought with it a sad reality in which indigenous peoples live in the contemporary world. The exploitation of illegal mining in indigenous lands is a greatest threats to Indigenous Peoples. The illegal mining, in most cases, is in indigenous lands, harming the fauna and flora of the territories. This report aims to understand how the Indigenous people of the *Tenharin* of *Igarapé Preto* were affected by the implementation of mining in traditionally occupied territories in the Indigenous area of the *Tenharin* of *Igarapé Preto* and how much the destructive force of mining lasts until the present day.

**Key-words:** Mining on indigenous lands, People of the Tenharin Kagwahiva, indigenous territories.

## Considerações Iniciais

A mineração de cassiterita na Terra Indígena do Igarapé Preto foi sustentada pela exploração da mão de obra indígena no início da década de 1970. De fato, os próprios indígenas foram ensinados e ludibriados pela mineradora Paranapanema, a operar grandes maquinários para esbulhar a totalidade do território indígena no Igarapé Preto.

Diante das agressões econômicas sobre o território tradicional Kagwahiva, os indígenas Tenharin vivenciaram esse período da mineração, e ao mesmo tempo, puderam relatar tais agressões econômicas e culturais sobre o território tradicional em um documentário realizado nos anos de 1987 pelo cinegrafista Celso Renato Maldos, evidenciando como a Mineração destruiu um imenso território ancestral com aval do próprio Estado Brasileiro para explorar recursos minerais em terra indígenas proibidas pela Constituição Federal. Ora, estado brasileiro governado por ditadores militares, permitiram todas as ilegalidades sobre os territórios indígenas, ferindo os seus direitos.

Segundo Araújo (2019, p.346) “A Mineração Paranapanema explorou as terras indígenas do Povo Tenharin (os Tenondê-hu) do Igarapé Preto, de 1969 até 1985, deixando um gigantesco impacto ambiental, com danos irreparáveis. Em 1999 o INPE constatou, de maneira criteriosa e com rigor científico, que a Mineração Paranapanema modificou drasticamente uma área de 1.228,24 há no território ocupado tradicionalmente pelos Tenharim”.

No laudo antropológico sobre a terra indígena do Igarapé Preto (1997, p.297) explicita os impactos ambientais:

Essa região corresponderia sobretudo a regiões das matas de galeria igarapé Preto, que com a destruição de suas matas ciliares, intenso processo de assoreamento e modificação do seu leito, bem como modificações drásticas de regiões de interface entre os ecossistemas terrestres e aquáticos como as matas de igapó, ocasionaram impactos ambientais, que sem a intervenção humana são de ordem irreversível.

Nesse sentido, tentamos explorar os malefícios causados pela Mineração Paranapanema na terra indígena do Povo Tenharin do Igarapé Preto, e como tais malefícios ainda persistem como uma herança da maldita da mineração em terras indígenas e o quanto prejudica os povos indígenas até os dias atuais.

Nesse sentido, buscamos neste esboço, compreender como os povos indígenas (os Tenharin do Igarapé Preto) foram e são afetados ambientalmente, socialmente, culturalmente e economicamente pelo avanço da mineração no sul do Amazonas em seus territórios tradicionalmente ocupados. Ao evidenciar como esses territórios estão comprometidos pelo avanço do garimpo ilegal, bem como, avaliar os impactos ambientais causados nas Terras Indígenas e expor a exploração dos recursos minerais e o quanto a dimensão desse problema cresce sem fiscalização adequado com o apoio do governo.

Metodologicamente, este artefato social tomou forma, a partir das leituras abordadas sobre o garimpo na região amazônica. Com base em Marconi e Lakatos, tentamos relacionar esta pesquisa como de cunho bibliográfica, ou seja, trata-se de um levantamento de toda a bibliografia já publicada, em formas de livros, relatórios antropológicos de terras indígenas, laudos de mineração, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita.

Desta forma, foi possível compreender o problema posto em questão e expor um pouco do que acontece com os povos indígenas em seus territórios tradicionalmente ocupados. Todo empreendimento textual, se apoia principalmente nas informações levantadas do Laudo Antropológico sobre a Terra Indígena do Igarapé Preto de 1997, constituídos por vários relatórios que vão ser a base para este trabalho, fazendo uma ponte com as questões contemporâneas.

### **A história da mineração na indígena Tenharin do Igarapé Preto**

A história da mineração em terras indígenas, já vem sendo contada a algum tempo, desde a colônia, a ambição pelos recursos naturais só provocou mortes e dores para os Povos indígenas do Brasil. Porém, a mesma situação ainda perdura no século XXI. Até agora, nada foi feito de concreto para que mude a realidade dos Povos Indígenas que sofrem com as consequências dos desastres ambientais.

A exploração do garimpo ilegal é a principal consequência dentro das terras indígenas. Os danos ambientais causados pela extração de ouro causam danos não só no Amazonas, mas, em toda região onde o garimpo é explorado. Essa prática retira do solo ouro e outros metais preciosos que poluem o solo e as águas com metais pesados como o mercúrio.

O Estado brasileiro ao tentar promover políticas desenvolvimentistas desde a década de 1960 na Amazônia, tem ao longo dos anos e décadas passadas ignorado os povos indígenas que aqui existem, violando seus direitos e não somente do Povo Tenharin, como de outros povos em todo o Brasil.

Com as famigeradas políticas de ocupação e progresso na Amazônia, os governantes burlam leis ambientais para facilitar a presença de grandes empreendimentos mineradores, ocasionando danos ambientais irreversíveis, socioculturais e econômicos na vida indígena. De acordo com a declaração do coordenador do GTI, Romero Jucá Filho (1997)

Passaram-se os anos, sem os Tenharin terem jamais sido assistidos pelo SPI ou pela FUNAI. Enquanto isso, outros perigos surgiam para o grupo, relacionados a invasão de seus territórios tradicional por garimpeiros e companhias de mineração. Quando na década de 50 descobriu-se a riqueza representada pela cassiterita em Rondônia e no sul do Amazonas e quando igualmente tal região passou a ser cortada

por estradas federais, chegaram as mineradoras. (Laudo antropológico, 1997, fls.135)

Como sequelas dos resultados desta política nefasta e esmagadora, temos o sofrimento para os povos indígenas do sul do Amazonas. A questão territorial é um dos principais elementos para compreender a violência contra o povo Tenharin, ressaltadas nas declarações de Romero Jucá, envolve invasão de terras, exploração e expropriação de seus territórios para se apropriar dos recursos naturais.

As ações violentas ocorridas no final de 2013 nas terras indígenas no Sul do Amazonas<sup>4</sup>, assim como a venda ilegal de madeira em seus territórios, são assustadoras e fazem parte da política de morte traçada pelo Estado aos Povos indígenas. E desta forma, o povo Tenharin, vem sofrendo devido ao interesse capitalista sobre essas terras e suas riquezas naturais. Além disso, a cobiça pelas riquezas minerais, outro fator que envolve conflitos com os Tenharin, é o preconceito racial, a criminalização, enraizadas numa sociedade colonizadora. Temos como exemplo, a morte do Cacique Ivan Tenharin, conforme informação dada pelo Mapa de conflitos:

Em 02 de dezembro de 2013, o cacique foi encontrado desacordado, mas ainda vivo, às margens da BR 230, pelo seu sobrinho Marcos, no caminho entre o Distrito de Matupi (km 180) e a aldeia. Ivan apresentava inúmeros hematomas e ferimentos na cabeça; no entanto, a moto, o capacete e a bagagem dele estavam quase intactos. Estes dados, somados às constantes ameaças de morte realizadas por grileiros e madeireiros, levantaram as suspeitas dos indígenas. O cacique foi levado para Humaitá e, em seguida, removido para Porto Velho, onde faleceu, no dia 03 de dezembro de 2013, aos 45 anos de idade. Após a confirmação do falecimento, a comoção foi geral. Aproximadamente mil indígenas, em reunião na aldeia, trataram do sepultamento e da necessidade de esclarecimento dos fatos. O velório foi realizado na Aldeia Kampinhuhu e contou com a participação de mais de 500 Tenharin, além de diversos parentes Jiahui e Parintintin. (Mapa de conflito, 2014, p.14)

Segundo o mesmo site, isso ocorreu por causa da cobrança de pedágio aos condutores de veículos. Refletindo sobre essas ações de sobrevivência dos índios, frente a esse novo contexto que estão inseridos, compreendo que os conflitos entre os indígenas e a sociedade envolvente, tais práticas ainda nos remete a um estado que tenta

---

<sup>4</sup> O conflito envolvendo o Povo Tenharin com a cidade de Humaitá, em decorrência de um suposto crime envolvendo três cidadãos, foi o estopim para uma revolta urbana, onde os órgãos federais foram queimados. Do mesmo modo, as aldeias indígenas foram atacadas por fazendeiros de Apuí e do distrito de Matupi.

homogeneizar as diferentes culturas indígenas e ao mesmo tempo, tenta submetê-los ao interminável processo colonial, estabelecendo uma situação colonial duradoura. Nesse sentido, os Povos indígenas se encontram dentro de processos de resistência, frente a todos os interesses capitalistas e contra as formas de criminalização que afeta agressivamente seu povo e seu território.

A exploração do garimpo ilegal em terras indígenas é reflexo da situação colonial em que o Estado é conivente e patrocina tais políticas em territórios tradicionais. O atual governo, nos últimos anos tem apoiado com decretos governamentais para facilitar a presença do garimpo em terras indígenas, prejudicando a situação dos povos que estão nessas terras.

A prática atual do garimpo provoca a contaminação das águas pelo mercúrio usado na separação do ouro, assim como também contamina os índios da qual bebem e retiram os seus alimentos. O corpo humano não consegue eliminar o metal ingerido, pelo fato da frequente ingestão já que o peixe é a principal proteína consumida pelos índios, resultando na contaminação dos mesmos e podendo levar até a morte de câncer.

Assim como os povos indígenas do contemporâneo, os povos de décadas atrás também se utilizavam desses mesmos alimentos e foram bastante prejudicados por causa da invasão em suas terras, conforme relatado nas palavras do antropólogo Miguel Menéndez,

Os outros dois itens da subsistência Tenharim também aparecem prejudicados pelo contato. A caça e a pesca apresentam-se como atividade secundárias que são realizadas nos espaços de tempo deixados pelas atividades extrativistas da castanha-do-pará, seringa ou sorva. (Laudo antropológico, 1998, p.14)

Consequência do contato, os índios foram prejudicados porque ao adentrar nas localidades, os garimpeiros vão desmatando a floresta e essa ação afugenta os animais, assim como derrubam as árvores que dão frutos, ou seja, o garimpo ilegal é uma das maiores ameaças às comunidades indígenas, e os maiores garimpos ilegais estão em terras indígenas prejudicando a fauna e flora dessas regiões.

Recentemente, um projeto de Lei foi criado para legalizar essa atividade ilegal, promessa feita pelo então presidente da República Jair Bolsonaro (sem partido). Segundo a Jornalista Marta Raquel, do canal de notícias, *Brasil de fato*, essa promessa

de legalizar o garimpo, por meio do Projeto de Lei 191/2021, que está no Congresso Nacional, estimulou as invasões e aumentou a cooptação de indígenas, causando vários tipos de violências. Agravando a situação desses moradores. Segue o jornal, afirmando que,

“Muitos dos locais onde estão sendo instalados os garimpos ilegais são pontos sagrados para os povos indígenas.” Esses garimpeiros, não têm respeito nenhum pela tradição desses povos, pelos seus ancestrais, já chegam invadindo, destruindo tudo que está pela frente (BRASIL DE FATO, 12/12/2021).

Sabemos que o Brasil é um país rico em minério, prova disso é a história da colonização, mas o que começou com pequenos grupos de garimpeiros peneirando na beira dos rios em busca de ouro, se transformou em uma industrial de nível internacional.

Quando ocorreu o empreendimento de extração mineral chamada Mineração de Paranapanema, nas terras indígenas do Igarapé preto e a abertura da rodovia BR-230, conhecida como Transamazônica, incentivados por políticas governamentais, atravessaram grandes áreas de terras tradicionalmente ocupada pelos povos indígenas causando muitos desastres. No relatório antropológico da terra indígena do Igarapé Preto de 1997 revela que:

Durante muitos anos os Tenharin viveram afastados da dita civilização, conservando intacta sua vida grupal. De espírito belicoso, mantiveram escaramuças e guerras intertribais com os Parintintin, Mura, Diahói, Pirahã. (...) Mas um dia esse quadro mudou, Os Tenharin do Igarapé Preto deixaram se seduzir pelos bens de consumo trazidos um dia por um seringueiro, que assim acalmou seus ânimos e obteve a dominação do grupo. (Relatório antropológico, 1997, p. 02).

O domínio e a ludibriação que a mineração exerceu sobre os Tenharin do Igarapé Preto, resultou em sequelas sociais irreversíveis para o território e para a dinâmica cultural da aldeia e do Povo. No contemporâneo os povos indígenas estão vivendo em uma situação deplorável, são meninas e mulheres exploradas sexualmente em troca de comida em comunidades indígenas, terras tradicionalmente ocupadas por garimpeiros ilegais. Situações provocadas pela exploração ilegal e indiscriminada de minérios dentro das reservas indígenas. Fatos registrados nas Terras Indígenas Yanomami (TIY),

A região é registrada por garimpeiros há anos, que buscam minérios como ouro e cassiterita, usada na fabricação de estanho. Estima-se que cerca de 20 mil invasores, estejam infiltrados no território. Apesar de proibidas em terras indígenas, atualmente o congresso tenta liberar não só a mineração como a exploração de hidrocarbonetos e geração de energia elétrica. (G1/GLOBO, 14/04/2022).

Tudo que os Tenharin do Igarapé Preto vivenciaram na década de 1970, o Povo Indígena Yanomami está vivenciando atualmente. A natureza está na linha de frente dos ataques dos garimpeiros, derrubada de árvores, desvios de rios, crateras no meio da floresta, poluem as águas. Além disso, a destruição da flora, as derrubadas e todos esses danos na natureza afugenta os animais que são essenciais para a alimentação desses povos. A Amazônia vive em uma espiral de destruição.

A primeira mineradora a invadir as terras Tenharin do Igarapé Preto foi a companhia Taboca, subsidiária da Paranapanema, isto é, na década de 70. Infelizmente a FUNAI não tomou à época (1970) nenhuma providência na defesa dos interesses indígenas. Instalou-se a Taboca na área com toda uma infraestrutura, abrindo estrada, vias de acesso, campo de pouso, etc. Os índios a tudo só observavam. (Relatório antropológico, 1997, p. 02).

Os invasores quando chegam vão se apossando dos locais tradicionalmente ocupados, é como consta no relatório antropológico de 1987. Na década de 1970, pouco foi feito pelo Estado para dirimir as sequelas sociais e culturais ocasionadas pelo contato e pela mineração no território dos Tenharim do Igarapé Preto, e atualmente com a gestão presidencial, o incentivo a mineração retornou para dentro da TI Indígena.

## **TI DO IGARAPÉ PRETO**

### **QUEM SÃO:**

Os Tenharim do Igarapé Preto fazem parte do grande grupo Tupi-Kawahib ou Kawahiwa, da mesma forma que os Parintintin, os Diahói e outros habitantes tradicionais da bacia do Rio Madeira. De acordo com o antropólogo Miguel Ángel Menéndez, da UNESP (1988), “Todo o território compreendido entre os rios madeira, a oeste, e Roosevelt, a leste, Machado, ao sul e Manicoré, ao norte, é território Kawahiwa, historicamente comprovado, pelo menos desde a primeira metade do século XIX”.

## **ORIGEM DO NOME:**

Os Tenharim fazem parte de um conjunto de grupos localizados na região dos afluentes orientais do médio Madeira (Parintintin, Diarroi, Apairande, etc.) de antedesignação Kagwahiva. Designação registrada pela primeira vez em meados de 1750, nos formadores de alto Jurema, Mato Grosso. Nimuendaju (1921-2011), tentou explicar o significado desta designação, mas o mesmo permanece confuso. Em perguntas realizadas aos Tenharim, a resposta dada é que o termo significa “nós”, “a gente”, em contraposição à “Aiiipin”, qualificativo para estrangeiro. (Menéndez, 1997, p. 3)

## **LÍNGUA:**

A língua falada pelos Tenharim se inclui na família Tupi-guarani. Assim sendo, dentro da área Tapajós-Madeira, os Kawahiva seriam os únicos desta família linguística. Os outros dois grupos dessa área associados aos Tupi-guarani, os Nawé e os Nundurukú, são classificados dentro do tronco Tupi, porém como língua não Tupi-guarani. Além de falarem a língua tradicional, falam o português regional. (Laudo antropológico, Miguel Menéndez, 1997, p. 3)

## **LOCALIZAÇÃO:**

Os Tenharim Kawahiva estão localizados no cruzamento da BR-230 (transamazônica) com o rio Marmelo, município de Humaitá, estado do Amazonas. Localizados a beira de uma das mais controversas estradas brasileiras.

Após anos de contato permanente com a sociedade regional, os Tenharim apresentaram um sistema cultural lhes permitindo serem povos bilíngues. Entretanto essa situação de contato com a sociedade branca, apenas fortaleceu sua cultura e sua língua como uma marca indelével do Povo Tenharim.

Conforme consta no relatório antropológico, desde meados do século passado, os Tenharim juntamente com os outros grupos Kagwahiva, ofereceram forte resistência aos intentos de penetração em seu território por parte das frentes pioneiras dedicadas a extração da borracha, que partiram da cidade de Humaitá, atualmente essa situação permanece, os povos indígenas contra os garimpeiros que buscam minérios em suas terras.

## **Presença da mineradora nas terras indígenas Kagwahiva**

Em meados de 1953 em Rondônia e no Sul do Amazonas foi encontrado o minério chamado de cassiterita, metal usado na fabricação de estanho. A partir desta descoberta, foi aumentando o número de aventureiros para estas localidades, à medida que outras áreas era encontradas, surgia mais locais com concentração de minério e de garimpeiros, aumentava o número de pessoas para extrair a cassiterita. Com a abertura da Br- 230, a Transamazônica, facilitou o acesso a esses locais. De acordo com o relatório do antropólogo Alceu Cotia Mariz (1997),

A garimpagem exclusivamente manual no sul do amazonense prolongou-se até 1971 quando foi detectada na área do Igarapé Preto, afluente do Madeirinha, uma área muito rica, mas cujo ponto de maior concentração incidia justamente na área habitada tradicionalmente por um grupo de índios Tenharim. Ali, no lugar tomado a garimpeiro que já estavam explorando manualmente uma pequena área instalou-se a mineração Taboca Ltda. (Laudo Antropológico, 1997, p. 08).

Com a descoberta do minério nessa região, a mineradora Taboca logo se instalou. A partir disso, os Índios que ali se encontravam foram perdendo o acesso de suas terras, pois como já dito neste relatório o garimpo vai destruindo rios, plantações e tudo que encontra pela frente. Nos dias atuais, com todos os meios de comunicações e informações existentes que comprovam as invasões indígenas, o governo ao ser conivente, pouco fez para diminuir ou acabar com esse tipo de exploração nas terras indígenas, eis os casos de mineração nas terras dos Yanomani e dos Kaapor como exemplos evidentes. O relatório antropológico, salienta que,

Nenhuma medida foi adotada na ocasião com o objetivo de acompanhar as atividades para evitar efeitos mais danosos para os índios e mesmo para beneficiá-los em termos de indenização e novos projetos. O tempo passou até que os problemas gerados pelo choque de interesses opostos finalmente resultaram no impasse, em reação típica e espontânea, do próprio grupo indígena, acuado numa floresta que se reduzia a cada nova fase dos trabalhos da lavra. (Laudo antropológico, 1997, p. 08).

Antes da explosão de minério no sul do Amazonas, e da abertura da Br-230 transamazônica, os Tenharim, não haviam recebido qualquer assistência oficial dos órgãos públicos e desconheciam a existência de qualquer órgão tutelar, somente depois desses acontecimentos tiveram esse contato. A partir desses eventos acreditavam que muitas coisas melhorariam, afirma o antropólogo Alceu Cotia Mariz (1997),

Uma vez aberta a rodovia a partir de 1971, os índios, como costumava ocorrer, sentiram-se atraídos pela estrada e, a respeito das doenças sofridas, concluíram que lhes seria mais vantajoso pelas facilidades de deslocamento e transporte de carga. (Laudo antropológico, 1997, fls. 18)

Ao longo dos anos, foram surgindo novos conflitos entre os índios e não-índios em decorrência desses processos de territorialização. A exploração nas terras tradicionalmente ocupadas, prejudicou a caça e pesca dos índios, o cultivo da terra, ao mesmo tempo a presença de bebidas alcoólicas nas aldeias ocasionou diferentes conflitos internos.

Por algum tempo, os Tenharin criaram expectativas em relação a situação de suas terras, que apesar da Mineradora Taboca está atuando nas terras indígenas, deveria se retirar imediatamente. Ao longo do tempo, os Tenharin passaram a se organizar para lutar pela demarcação de seu território, uma reserva indígena que se estenderia desde o Igarapé Preto até o rio Marmelos. Após acordos entre os Tenharin e o chefe da mineradora, Sr. Samuel Ferreira Setton, que se comprometeu em compensar os índios Tenharin do Igarapé Preto pelo usufruto da terra:

1) Não realizar trabalhos de lavra naquela parte do território ocupado pela firma e onde se encontram cemitérios e aldeias abandonadas Tenharim; 2) Construir novas casas para os indígenas; 3) Pagar uma indenização em dinheiro. (Relatório antropológico, 1997, p. 91, f 239)

A estratégia da empresa mineradora foi criar entre os Tenharim do Rio Marmelos e Igarapé Preto, fortes expectativas quanto a delimitação de uma única área indígena que abarcasse os territórios ocupados pelas duas comunidades. Mas, na prática, o governo não mobilizou nenhuma grupo de trabalho para realizar a delimitação da área indígena. Enquanto isso, outra forma de territorialização se aproximava da terra indígena, ou seja, a frente de expansão agropastoril.

De acordo com o Laudo antropológico (1997), a mineradora atuou ininterruptamente desde 1970, avançando no território Tenharin até 1987. Consequência disto, foi a área explorada, na extração de cassiterita, atingiu a moradia dos Tenharin, como ressaltado no relatório antropológico de Miguel Menendez alcançou,

(...) suas roças e o território dedicado a caça e a coleta de produtos naturais. O tipo de exploração praticado pela empresa, mineração de aluvião, afetou os ecossistemas Tenharim, pois o trabalho de

prospecção, além de vasculharem o leito do igarapé preto, atingiam uma franja de 200 mts de largura em cada margem do igarapé, sendo necessário o desmatamento de toda a área minerada. (Laudo antropológico, 1997, fls. 288)

Como resultado da presença da mineração Paranapanema na terra indígena do Igarapé Preto, ocasionou, grandes extensões de terras contaminadas que não servem para o plantio de roças e nem para a realização de outras atividades tradicionais. A situação relatada não é muito diferente do contemporâneo;

O documento “Ianomâmi Sob Ataque”, divulgado pela Associação Hutukara (HAY), relata que na região do Acacaça, o subgrupo ianomâmi Sanomã deixou de abrir roças e hoje depende da alimentação oferecida pelos garimpeiros em troca de serviços, como carregar combustível e realizar pequenos fretes de canoa. A introdução de drogas e bebidas alcoólicas pelo garimpo, também provocou o aumento da violência ente os indígenas da região. (G1/GLOBO, 14/04/2022).

A retirada desses jovens das comunidades indígenas a qual pertence provoca a desestruturação social. Quando esses jovens saem das comunidades para realizar trabalhos para os garimpeiros, eles deixam de proteger suas famílias, deixam de prestar serviços a suas comunidades, deixando todos em situação de insegurança.

O impacto causado por essas medidas gera danos irreversíveis no território, não afetam somente a floresta, mas a dinâmica cosmológica da relação dos povos com a natureza. Para os Povos indígenas a terra é sagrada, os deuses e seres mitológicos se manifestam através da natureza, ou seja, o território não é somente o lugar em que vivem, mas o elemento principal de religião e da identidade cultural desses povos.

Imagem 01: Equipamento da Mineração Taboca



Equipamento da Mineração Taboca, que transformou a terra dos Tenharim em um grande areal

Fonte: Cimi/Reprodução

Na época que a mineradora saiu das terras indígenas, depois de ter retirado todo o minério, deixaram para traz alguns maquinários e as casas construídas para a moradia dos garimpeiros, essas casas, os índios tomaram para si, conforme relatado no laudo de Miguel Menendez:

As casas são feitas de madeiras e dispostas lado a lado na forma de ruas. São treze casas iguais, pintadas de marrom e branco, com dois quartos, uma sala, uma cozinha e um banheiro sem vaso sanitário. Ao redor da aldeia há pequenos banheiros, mais precisamente, dois para cada três casas, feitos de madeira e com um buraco no chão na forma de fossa. No banheiro da casa há apenas um cano para ligar o chuveiro. A água vem da caixa localizada no centro das primeiras casas, no sentido de quem chega vindo do igarapé preto. As casas que se encontram que se encontram dispostas no mesmo sentido possuem 10 metros entre si e as que estão em frente possuem 25 metros. Cada casa mede 9 metros de comprimento por 7 de largura e nem todas estão ocupadas: existem duas abandonadas (uma delas é cozinha de Garcia, vice chefe dos Tenharim), uma é da Funai, outra é o motor que gera energia, outra a escola e outra a enfermeira. O restante (sete casas) é ocupado pelos Tenharim. Cada família reside em uma destas casas, e, aparentemente, cada novo casamento pode implicar na ocupação das casas abandonadas acima referidas. (Laudo antropológico, 1997)

Esta vila de casas foi construída para abrigar os garimpeiros, com a saída da empresa mineradora, os índios então se mudaram para dentro delas, e passaram a morar, cuidando do local e tentando prosseguir com a vida na nova aldeia. No meio de tanto desastre, com a paralização das máquinas puderam reaproveitaram as casas para morar.

IMAGEM 01: Casa erguida pela Paranapanema



Fonte: IEB (2016)

Atualmente a Mineradora Paranapanema está enfrentando um processo judicial para que seja responsabilizada a pagar por todo prejuízo que causou quando explorava as Terras Indígenas dos Tenharin. Segundo Plínio Tenharin, integrante da Associação do Povo Indígena Tenharim do Igarapé Preto (Apitipre) em entrevista ao canal de notícias InfoAmazonia, “Nunca houve uma reparação do que aconteceu ou ajuda para recuperar o ambiente. A mineradora ficou com as riquezas do solo e nos deixou na pobreza, a destruição, montanha de sucata, terra infértil”.

IMAGEM 02: Máquina abandonada na estrada de estanho (Igarapé Preto)



Fonte: IEB, 2014.

De acordo com os relatos de Plínio ao InfoAmazonia,

Quando a Paranapanema saiu, além de deixar tudo isso que tá aqui até hoje para trás, retirou também toda a assistência que dava ao povo por ter tirado da gente as roças, a caça, a pesca, a coleta para trabalhar nos garimpos. Uma noite (a aldeia) foi dormir com comida e no outro não sabia o que fazer para viver no meio daquela cidade abandonada. (13/06/2022).

Com a devastação dos seus territórios, as caças foram embora, nos rios já não havia peixes suficientes para a sobrevivência deles.

De acordo com Laudo Pericial incorporado à Ação Civil Pública impetrada pela Funai na Justiça Federal do Amazonas, em 2010, objetivando a reparação pelos danos socioambientais causados, há quatro eixos centrais que afetam o modo de vida dos Tenharim, fora as descrições a respeito do meio ambiente e da parte sociocultural, em

consequência da atividade da mineradora, no intervalo compreendido entre os anos de 1970 a 1989: impactos na alimentação, residência, costumes e rituais da vida, além do eixo que examina as questões de saúde e língua nativa. (InfoAmazonia 13/06/2022)

Com o intenso contato com os brancos ao longo do tempo, os Tenharin do Igarapé Preto traçaram outras estratégias de luta e resistência. De certa forma, foram colocados a uma realidade diferente da que viviam e assim tendo que se adaptar para sobreviver. Plínio relata que querem a “indenização para recuperar a terra. Hoje voltamos a fazer parte do ritual com os parentes, a sediar o atual na nossa aldeia. Melhorou alguma coisa e estamos resistindo. Mas a devastação está aqui, impedindo a gente de não precisar mais nunca do garimpo”. Querer recursos para recomeçar é um direito deles já que praticamente tudo foi retirado na época da mineração, pois no relatório do antropólogo Miguel Menendez, ressalta que

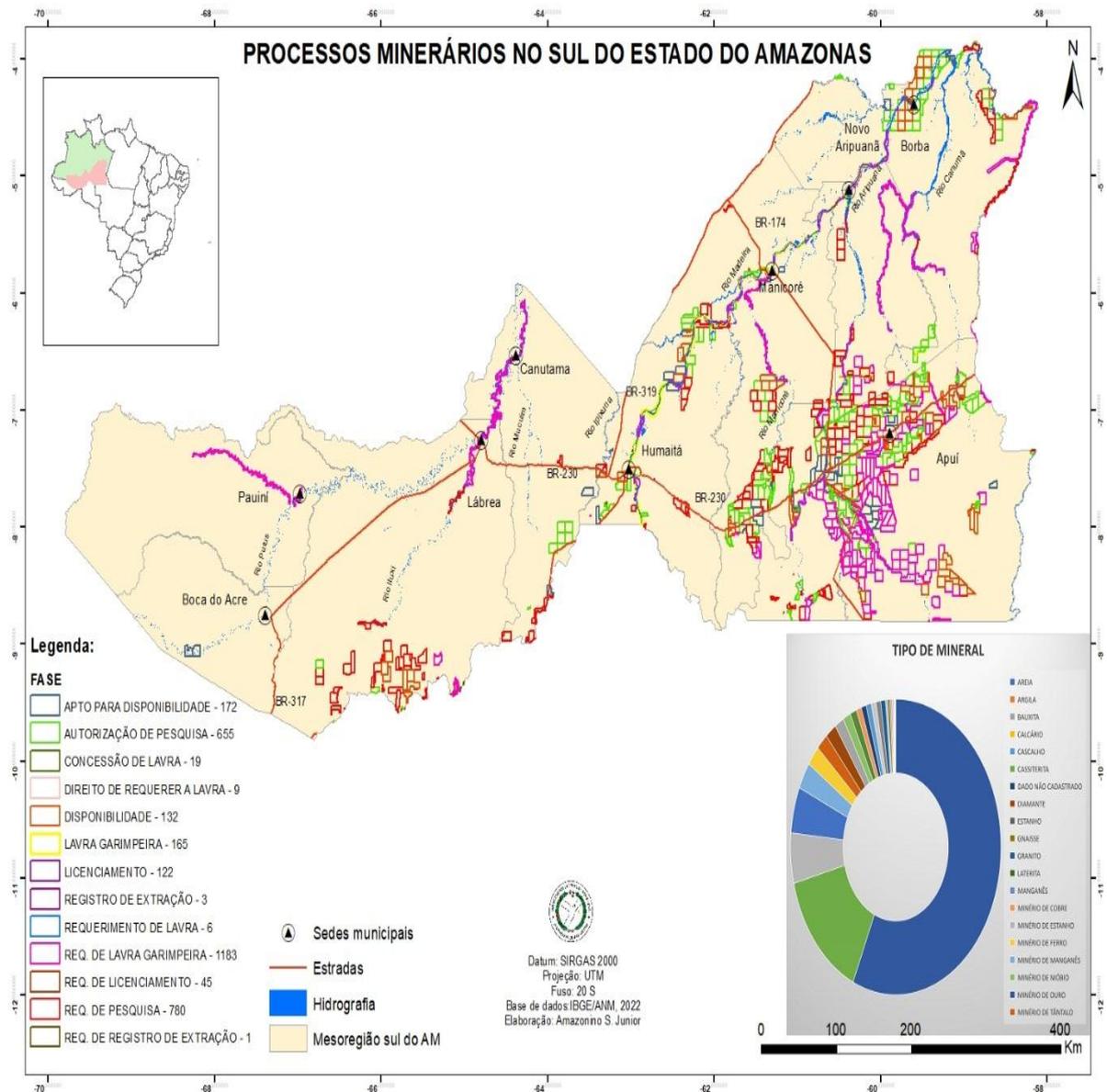
A atuação da mineradora ao longo dos anos colocou os Tenharim numa situação particular: de donos de seu território, passaram a ser virtuais “prisioneiros” da firma, já que ninguém entrava ou saía da área de mineração sem passar pelo forte controle de segurança da empresa. O contato com a mineradora, além da descaracterização cultural inevitável, levou aos Tenharim a reduzirem praticamente a zero suas atividades tradicionais, particularmente as de caráter econômico: roça praticamente não existiam mais, já que todos passaram a depender mais de “marmitex” do restaurante do que de suas próprias condições para a subsistência; as atividades extrativistas também ficaram paralisadas após a derrubada pela mineradora de 2.205 árvores entre seringueiras, castanheiras e plantas frutíferas. (Laudo antropológico, 1997, fls. 290).

Nos dias atuais, nos deparamos com o caso da Mineradora Glencore Internacional, que assim como a Mineradora Taboca que explorou as terras indígenas Tenharin, a mineradora tem como objetivo explorar as terras indígenas brasileiras em busca de minérios. Conforme o site de notícias, Carta Capital, “a Glencore é uma das quatro grandes empresas internacionais que têm requerimentos de pesquisa minerária em terras indígenas da Amazônia”, se utiliza desse requerimento para tentar realizar tal exploração. Em uma publicação do InfoAmazônia relata que,

Mais de 3 mil requerimentos minerários sobrepostos a terras indígenas da Amazônia Legal tramitam no sistema da Agência Nacional de Mineração (ANM). O órgão defende que o protocolo de um pedido de mineração não significa a sua aprovação. Porém, um levantamento do projeto [Amazônia Minada](#), do InfoAmazonia, encontrou pelo menos 58 requerimentos de pesquisa ou lavra de minério aprovados pela

agência, mesmo afetando terras indígenas, algo proibido pela Constituição. (INFOAMAZONIA, 22/02/2021).

O mapa elaborado pelo Núcleo de cartografia social da Universidade Federal do Amazonas, campus Humaitá, revela como o Sul do Amazonas está cercado por grandes empresas com pesquisa e exploração para mineração em áreas indígenas e áreas de interesse público.



As terras indígenas afetadas pelos pedidos de autorização pelo ANM, abrangem uma gigantesca área indígena, incluindo as terras indígenas do Tenharim Marmelo no Amazonas. Esses requerimentos estão sobrepostos a terras indígenas da Amazônia Legal. Vale ressaltar que a metade dessas autorizações abrangem áreas onde, segundo a Constituição Federal de 1989, não é permitida qualquer atividade de lavra garimpeira por se tratar de terras indígenas. De acordo com o Artigo 231 da Constituição Federal

São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem-estar, e as necessárias à sua reprodução física cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

Ou seja, a partir do momento que os povos indígenas começam a construir moradias cultivar a terra, essas terras passam a ser dos povos de acordo com a lei. Esta mesma mineradora Glencore, agora é alvo de investigações pois “admitiu ter subornado autoridades estrangeiras e se envolvido em um esquema de manipulação do mercado de petróleo, inclusive no Brasil”. Estes atos estão relacionados a pagamentos indevidos, para obter benefícios ilícitos da Petrobrás, ou seja, o dinheiro da propina era devolvido em troca de vantagens na venda do combustível.

Os impactos que as mineradoras causam no ambiente são irreversíveis. Conforme Edmundo Antonio Peggion essa prática modificou drasticamente uma área de 1.228.34 ha, no território tradicionalmente ocupados pelos Tenharin,

Os resultados da não consideração dos impactos ambientais para a população e o meio ambiente da área Tenharim foram dramáticos. A exploração da cassiterita como se sabe, apesar de não utilizar produtos químicos, destrói cerca de 100 metros de cada margem dos rios, pode provocar assoreamento e desviar seus cursos. Estas consequências foram anotadas por todos os observadores enviados ao local desde 1984. Além disso a mineradora sem qualquer fiscalização gerou graves problemas de ordem social. A população no período sofreu forte desestruturação, com altos índices de alcoolismo e prostituição. (Laudo antropológico, 1997, p. 35)

Assim como a extração da cassiterita, podemos ver atualmente a disparada extração do ouro ilegal, em entrevista ao canal de notícias Pública, a antropóloga Luísa Molina aborda a questão do garimpo ilegal que segundo ela, está promovendo cada vez mais destruição nas áreas indígenas com o apoio do governo. Em suas palavras afirma que “O contexto atual é de fortalecimento do garimpo não só como força de destruição, mas também dos grupos políticos em torno da atividade. Desde 1988 para cá, não tinha

tido um momento politicamente tão favorável para o garimpo”. De acordo com o MapBiomass, o garimpo ilegal dentro das terras indígenas cresceu 495% entre 2010 e 2020.

De fato, a violência contra os povos indígenas não começou no mandato do atual presidente, mas intensificou de lá pra cá. Deste então, o que se vê é uma junção entre essa ideologia assimilacionista, ódio à diferença, racismo,. Esses atos podem ser vistos também através das medidas administrativas que seguem o mesmo rumo das decisões políticas.

Com a pandemia esses casos se intensificaram, Molina explica que teve um aumento vertiginoso das invasões de terra tradicional, da violência contra os povos indígenas, da exploração intensiva desses territórios, que destrói as bases da existência desses povos, e, inclusive, um aumento na mortalidade. Resultado de um descaso das políticas públicas. Ou seja, quando atacam essas terras, estão atacando as condições de existência desses povos. O garimpo predatório não deixa de ser um genocídio também por consequência do caos que provoca por onde passa.

### **Considerações finais**

Os impactos provocados pela atividade de mineração no Igarapé Preto afetou os solos, conforme a descrição do relatório antropológico (1997):

A destruição do solo, é sem sombra de dúvida, um dos principais impactos provocados pela atividade de mineração. Na operação de lavra as alterações provocadas no solo são de ordem física e química, as quais são citadas a seguir.

Alterações físicas:

- Perda de estrutura
- Perda de textura
- Erosão de nutrientes
- Lixiviação de nutrientes

Alterações químicas:

- Oxidação e perda da matéria orgânica
- Aumento da acidez do solo. (Relatório antropológico, 1997, p. 49).

Dentre as alterações citadas acima, o relatório também descreve os impactos causados na flora e fauna dessas regiões ocupadas pelos garimpeiros:

A flora natural é sem sombra de dúvida, o sistema mais perturbado. Para o desenvolvimento da mineração de cassiterita faz se necessário a eliminação total da vegetação da área a ser lavrada, da área onde se implanta a vila residencial e demais obras de infraestrutura. A natureza dos trabalhos de utilização do solo causa tamanha alteração que, em algumas áreas a cobertura jamais voltará a ser como antes.

(...) Evidentemente, a fauna aquática sofre uma mudança radical, em primeiro lugar porque seu habitat é totalmente destruído em segundo lugar porque o regime de águas sofre mudança, passando de lótico e lântico e por último, as águas represadas sofrem alterações químicas, por conta dos íons carregados pelas águas dos rejeitos. (Relatório antropológico, 1997, p. 51)

No entanto, os direitos dos povos Indígenas são assegurados pelo decreto de nº6.040, de 7 de fevereiro de 2017. No seu artigo 1º em que as ações e atividades da Política Nacional de desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais devem seguir dentre outros critérios:

VIII - o reconhecimento e a consolidação dos direitos dos povos e comunidades tradicionais. (BRASIL, 2007)

E um dos objetivos específicos do artigo 3º consiste em:

I - garantir aos povos e comunidades tradicionais seus territórios, e o acesso aos recursos naturais que tradicionalmente utilizam para sua reprodução física, cultural e econômica; (BRASIL, 2007).

Porém, há falha na sua efetivação, a solução burocrática tem o propósito de se juntar com os órgãos administrativos para que as ações sejam tomadas lentamente, o que resulta na violação dos seus direitos aos territórios tradicionalmente ocupados, fundamental para o desempenho de suas ações, e estão sendo negados constantemente pelo Estado Brasileiro, se tornando um dos grandes responsáveis pela violação dos direitos desses povos.

Enquanto isso, as ações criminosas afetam drasticamente o sistema sociocultural indígena, cresce o desrespeito, o preconceito com a cultura, com os povos indígenas. A construção de valores da sociedade, exclui o papel sociocultural e político dos índios, incapacitando para uma convivência de respeito e de uma boa relação com os brancos.

A imposição de padrões de comportamento e a reordenação do espaço urbano são acompanhadas por um movimento social, cultural e político dos índios, criando resistências, burlando, remodelando e (re)ssignificando aquele mundo imposto de diversas maneiras, fazendo os seus próprios valores mesclarem com os novos valores socioculturais que de forma violenta tentam incutir na cosmovisão e nas formas de vida desses sujeitos. (BANDEIRA, 2019, p.61).

É importante ressaltar isso nas palavras de Bandeira, para que não se aprenda a falar como ela é enunciada, ou seja, os índios como indolentes, viciosos, tutelados e protegidos, como se essas ideias deturpadas não fizessem parte de um processo histórico. No contexto atual, os indígenas continuam resistindo, buscando formas de

autonomia para assegurar não apenas sua sobrevivência enquanto grupo étnico, mas também a permanência e multiplicação de suas práticas. Esses povos são protagonistas dos seus processos históricos, pois que enquanto grupos étnicos organizados politicamente, produzem uma trajetória de experiência primária, individual, coletiva, traduzida em saberes e narrativas compartilhadas coletivamente.

## REFERÊNCIAS

ARAUJO, Jordeanes do N. *O Fenômeno da liderança Tupi-Kagwahiwa: trajetórias sociais, resistências e Movimento-Indígena no Sul do Amazonas*. TESE de Doutorado. UNESP/São Paulo, 2019.

BANDEIRA, Jainne de Castro. *A etnia tenharim e a retomada dos direitos usurpados: uma leitura sobre os antagonismos entre a etnopolítica e os interesses capitalistas*. Acesso em: 02 de fev. de 2022.

BRASIL, Decreto nº 6.040, de fevereiro de 2007. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm). Acesso em: 26 nov. de 2021.

Como a mineração na ditadura Militar converteu TI Igarapé Preto em pesadelo distópico. InfoAmazonia. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2022/06/13/como-a-mineracao-na-ditadura-militar-converteu-ti-igarape-preto-em-pesadelo-distopico/>. Acesso em 20 de jul de 2021.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. *Metodologia do trabalho científico*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

Luísa Molina: Garimpo está destruindo vidas e terras indígenas com o apoio do governo. A PÚBLICA. Disponível em: <https://apublica.org/2022/05/luisa-molina-garimpo-esta-destruindo-vidas-e-terras-indigenas-com-apoio-do-governo/>. Acesso em 15 de jun 2022

Mapa de conflitos, injustiça ambiental e Saúde no Brasil. Disponível em: <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/am-ro-povo-tenharim-sofre-com-rodovias-madeireiros-preconceito-criminalizacao-e-assassinato-de-liderancas-enquanto-seus-direitos-constitucionais-seguem-sendo-violados/>. Acesso em: 26 de nov de 2021.

Mineradora que quer explorar terras indígenas no Brasil confessa esquema mundial de corrupção. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/mineradora-que-quer-explorar-terras-indigenas-no-brasil-confessa-esquema-mundial-de-corrupcao/>. 14 de jun de 2022

Minério em terras indígenas da Amazônia. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2020/11/26/agencia-do-governo-autoriza-58-requerimentos-minerarios-em-terras-indigenas-da-amazonia/>. Acesso em: 14 de jun de 2022.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI.  
IDENTIFICAÇÃO/DELIMITAÇÃO T. I. TENHARIM. 08620.0003118|97-55,  
Interessado: Grupo Indígena Tenharim. Documento primário Espécie: QE, nº 004,  
Procedência: ADRPVH. Data: 29/03/1984.

RAQUEL, Marta. Entenda como acontece o garimpo ilegal em terras indígenas na região norte do Brasil. Brasil de fato. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/04/08/entenda-como-acontece-o-garimpo-ilegal-em-terras-indigenas-na-regiao-norte-do-brasil>> Acesso em: 20 de set. de 2021.

**Recebido: 30/11/2022. Aceito: 19/1/2023. Publicado: 1/7/2023.**

**Autores:**

Emilly Ariman Peres

Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal do Amazonas.

Email: [peresemilly02@gmail.com](mailto:peresemilly02@gmail.com)

País: Brasil

Hoziete Ferraz Lopes

Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal do Amazonas.

Email: [hoziferraz14@gmail.com](mailto:hoziferraz14@gmail.com)

País: Brasil

Jordeanes do N. Araújo

Professor doutor atuando na Universidade Federal do Amazonas/Campus Humaitá.

Email: [jordeanes@ufam.edu.br](mailto:jordeanes@ufam.edu.br)

País: Brasil